

## AMEDIAÇÃO, DIVULGAÇÃO, INTERVENÇÃO: O PAPEL DA LUSO-BRAZILIAN REVIEW

Severino J. Albuquerque

Minha comunicação de hoje vai focalizar a atuação editorial da **Luso-Brazilian Review**, pioneira revista acadêmica norte-americana que há quase 40 anos se ocupa do estudo e divulgação da literatura, história e cultura do mundo de fala portuguesa, com especial atenção ao Brasil. Começo com uma exposição objetiva de dados e logo depois passo a tecer algumas considerações de ordem mais geral. Não tenho aqui objetivos teorizantes mas sim apresentar, como fui convidado a fazer, um **case study** de um periódico internacional.

A revista é uma publicação da Editora da Universidade do Estado de Wisconsin (Univ of Wisconsin Press) e tem por base o Instituto de Ciências e Letras (College of Letters and Science), mais especificamente o Department of Spanish and Portuguese, pois foi fundada por um professor desse departamento, o Prof. Lloyd Kasten, filólogo, professor titular de espanhol e entusiasta do português (tendo inclusive conhecido Fernando Pessoa na sua juventude). Kasten, já falecido, foi um dos pioneiros do ensino da nossa língua e literatura nas universidades dos EUA; a Univ de Wisconsin e a Univ do Texas foram as duas primeiras universidades americanas a incluir português--língua e literatura--no seu currículo, isso na década de 40. Nos fins da década de 50 e começos da década de 60, quando, no auge da guerra fria, verbas vultuosas foram destinadas ao estudo da América Latina (em consequência da Revolução Cubana) através do National Defense Education Act, os dois primeiros centros luso-brasileiros foram fundados, um em Wisconsin e o outro na New York University. É também dessa época a criação dos

primeiros Area centers@ dedicados ao estudo da América Latina nas universidades americanas (os chamados Latin American Studies Programs).

Quando o Prof. Kasten se aposentou no início da década de setenta, a editoria da revista passou a ser dupla, com um editor (Mary Lou Daniel) sendo responsável pelas Ciências Humanas e outro (o conhecido brazilianista Thomas Skidmore) pelas Ciências Sociais. Quando Skidmore saiu de Wisconsin para a Univ. de Brown em 1989, o Prof. Robert Levine (da Univ de Miami) assumiu seu lugar, e quando Mary Lou Daniel se aposentou em 1998, sua função foi dividida entre Brasil (eu) e Portugal (minha colega de departamento, Ellen Sapega).

A revista é publicada duas vezes por ano mas ocasionalmente temos um terceiro número, como será o caso em 2003, já que vamos publicar os Anais de um Simpósio internacional que a revista promoveu em Madison no mês passado, em comemoração aos seus 40 anos de existência. Esses números ocasionais (Supplemental Issues) não devem ser confundidos com o que chamamos de Special Issues, que são números regulares da revista mas que em vez de conterem artigos sobre uma variedade de assuntos têm um tema específico. Cada Special Issue tem um Guest Editor ou Editor Convidado, dependendo do campo ou da área de pesquisa. Um exemplo recente foi o número especial dedicado aos 500 anos de Brasil, sob a editoria da Prof. Susan Quinlan, da Univ da Georgia. Outros exemplos: o número editado pela Prof. Sueann Caulfield, da Univ do Michigan, sobre a mulher nas ciências sociais, ou então o número especial sobre política e historiografia, editado pelo Prof. Steven Topik, da Univ da California.

Entre os exemplares de assinantes, 85% das assinaturas são de instituições (como bibliotecas, etc) e 15% de indivíduos. O restante dos exemplares é vendido avulsamente ou distribuído gratuitamente entre autores e contribuintes ou usados em campanhas de divulgação. Nos últimos números da Revista, a

tiragem e o número de assinaturas vêm se mantendo constantes, depois de uma certa queda no início dos anos noventa. O simples fato de termos conseguido parar a queda sem aumentar dramaticamente o preço das assinaturas é uma vitória para nós, pois o alto custo de produção de periódicos culturais, concomitantemente com cortes orçamentários e forte concorrência, ocasionaram o desaparecimento, nos últimos anos, de dezenas de revistas acadêmicas norte-americanas e o cancelamento de assinaturas por parte de bibliotecas universitárias nos Estados Unidos.

A imprensa universitária da Univ de Wisc está tomando atualmente uma série de medidas para aumentar a circulação da nossa Revista assim como de outros periódicos por ela publicados. Por exemplo, está em discussão entre a Univ of Wisc Press e a BRASA (Brazilian Studies Association) uma proposta que, se aprovada pelas duas organizações, irá aumentar em muito a circulação da revista, a proposta sendo a distribuição da revista entre os sócios da BRASA, i.e. a assinatura da **LBR** estaria incluída na anuidade da BRASA. O convênio seria de interesse à revista pois não somente aumentaria sua circulação mas ajudaria a divulgá-la com mais eficácia entre os meios acadêmicos brasileiros, já que quase metade dos sócios da BRASA estão atualmente radicados no Brasil. E por outro lado, seria do interesse da BRASA porque cobriria uma grande lacuna da Associação, que é não ter uma revista própria. Quero ressaltar que esta proposta ainda não foi formalmente aprovada, embora haja fortes indicações de que o será.

No dizer de Gilles Deleuze, *Aos mediadores são fundamentais. A criação tem tudo a ver com os mediadores. Sem eles, nada acontece* (285). Como toda publicação acadêmica, a **LBR** é consciente do seu caráter mediador e seus editores compartilham das características mediadoras apontadas por Robert

Heilman em seu artigo, *A Varieties of Book Mediation*, publicado inicialmente na *Missouri Review* em 1983:

All mediators between [critics] and their potential publics share a sense of a relationship with the book-writer, and an uncertain medley of weaknesses and strengths, of ego-fattening display and ascetic submission to an impersonal task.

Na sua função de divulgadora de uma literatura e pesquisa escritas numa língua e geradas por uma cultura diversas das do país onde é publicada, uma revista como a nossa tem, sob muitos pontos de vista, um caráter que pode ser chamado de militante ou ativista. Para ressaltar algumas dessas semelhanças, reproduzo a seguir um comentário da Professora Patrice McDermott, da Univ. de Maryland, incluído num artigo de 1994 em que ela examina os riscos e responsabilidades dos periódicos acadêmicos feministas.

Nas palavras de McDermott,

Editors help define feminist discourse by determining which topics are worth pursuing, by setting standards for publication, raising questions, selecting reviewers, and soliciting debate. And the debates featured in the pages of their journals are not idle abstractions but powerful constructs that shape and define the discipline's parameters and practices. Over the years the journals have served as a public forum for the most pressing controversies in the field. . . . In each of these controversies, editors responded as participants, arbiters, observers, and archivists--helping shape the debates that shape the field. (375-76)

Para tal fim, para *shape the debates that shape the field*, os editores não podem prescindir dos outros

atores, isto é, os críticos e resenhistas autores dos manuscritos publicados nas revistas acadêmicas.

Quanto a estes, Heilman ressalta que seu papel engloba ao mesmo tempo as funções de informante e de guia:

The informant, whether he delivers information about recondite matters for a select audience, or, serving a large audience, delivers a kind of goods that the select audience may consider quite unworthy of the space that it takes up. The role includes, too, the work of the guide, although either labor may overwhelm the other.

O papel de guia é de fundamental importância para uma revista como a nossa, que tem entre suas diretrizes a divulgação internacional. Mas aqui entra mais claramente em jogo aquele fator subjacente à atividade editorial como um todo, i.e. o público leitor. A Guidance, para citar Heilman mais uma vez,

is aimed not at the world in general but at a specific kind of troupe: the guide is leading Ph.D.s in this or that area, or intellectuals (with or without degrees), or avant-garde thinkers, or intelligent general readers, or general readers, or possible readers. . . . [But] Whatever the troupe, no guide wants to get too far ahead. (265)

Referindo-se, por fim, ao público leitor, Heilman menciona três atitudes básicas que todos os tipos de mediação editorial acadêmica teriam em comum:

a need not to fall short of it, a feeling that it won't do to get too far ahead of it, and a subsurface wish to seem at once with the audience but also to intimidate it occasionally by as-it-were accidental slips into unclaimed superiority. (264)

Então, como toda publicação acadêmica, a LBR parte de certas premissas: de que seu trabalho mediador é necessário e importante; de que o público leitor tem interesse nos campos de estudo nela

privilegiados; e de que assim está contribuindo para a construção de um cânone, para a disseminação de certos nomes e textos, e para a negociação e legitimação de um certo conhecimento cultural. Além disso, o fato de ser uma publicação internacional acresce e ressalta certas variantes ao seu caráter mediador, ao seu caráter recontextualizador de textos literários entre um outro público leitor. Entre essas variantes, temos, antes de mais nada, o fator **língua**: embora a Revista parta do princípio de que seu público leitor é bilíngue (pelo menos em termos de leitura), a escolha (pelo autor do artigo ou pelos editores) do veículo de expressão vai refletir uma certa preocupação com um determinado segmento do público (targeted readership), e em última análise irá influir na recepção do referido artigo. Um exemplo relevante para nós seria um manuscrito escrito em inglês por alguém cuja língua-mãe não é o inglês. A presença de erros, quando ocorrem, pode por si só predispor um leitor (avaliador) a rejeitar aceitação de tal manuscrito.

Na moldagem do corpo de leitores de uma revista estão em jogo alguns outros fatores, ainda no que diz respeito à questão linguística, que devem ser levados em conta, sem perder de vista a visada penetração do artigo. Um exemplo desses outros fatores é o estilo usado pelo autor, que se for retórico ou rebarbativo demais, pode facilmente irritar um parecerista. No caso dos manuscritos escritos em inglês, há ainda a questão da obediência aos padrões estipulados no famoso ou infame **MLA Style Manual**.

Saindo agora do campo linguístico, outro dos fatores é a determinação da relativa importância de **sujeitos**, **assuntos** ou **questões** no contexto da mediação cultural. Mais uma vez entra em campo a figura do editor como mediador. Na busca do meio-termo entre a divulgação de questões que seriam de mais interesse em um país ou outro, a intervenção editorial é essencial. Exemplos desse fator variam desde o mais simples, como a inclusão de preâmbulos e esclarecimentos com informação básica sobre certos autores--dispensáveis no BR mas no mais das vezes, necessários nos EUA ou em algum outro país--,

passando pela ocasional inclusão de uma nota de roda-pé que seria de pouco relevo no BR, e chegando até decisões relativas a questões mais complexas, que incluem por exemplo, a posição do editor como agente da cultura de elite, alguém que no desempenho desse papel, decida publicar algo sobre cultura popular, um artigo, digamos, sobre telenovelas, ou sobre a literatura de cordel ou uma entrevista com um cantador de feira ou poeta popular. Nessa mediação de diferença cultural, a revista fica sendo um texto intercultural mas sempre permanece aquele gosto amargo da apropriação de um artefato do povo em proveito de interesses outros.

Depois, sem impor nenhuma ordem de importância a esses fatores que venho abordando, vem a questão **autorial**: o simples reconhecimento de nomes de autores, ou não, por parte do público leitor, dá ou retira um certo lustre a uma revista internacional. Um autor ou crítico pode ser conhecido entre seus colegas num país mas não num outro. Um exemplo relevante no nosso caso é o dos brazilianistas radicados nos Estados Unidos, cujos nomes são facilmente reconhecíveis entre o relativamente pequeno número de brazilianistas nos EUA mas nem todos sendo reconhecidos no Brasil. A recíproca também é verdadeira, com alguns autores cujos nomes dispensam apresentação no Brasil necessitando adquirir maior visibilidade e seu trabalho maior divulgação entre a comunidade leitora da **LBR**.

Ao examinar os critérios de publicação (publication criteria) é mister ter em mente que a edição de periódicos acadêmicos define fronteiras profissionais, coloca ou facilita a colocação de questões definidoras, e determina quem é que é competente para fazer tais julgamentos. Os próprios debates a esse respeito são conduzidos dentro da mesma área por eles examinada, ou seja, mediante textos acadêmicos

(written scholarship). E as eventuais respostas ou conclusões do debate somente podem ser visualizadas através de uma lente cujo foco é, por assim dizer, o próprio estado das coisas (state of affairs) no campo da publicação acadêmica. A compreensão da publicação de periódicos acadêmicos como profissão ou mesmo disciplina expõe uma certa ideologia compartilhada por todos aqueles que se sentem motivados ou autorizados a atuar dentro dessas metodologias ou concepções de valor específicas ao campo. Resulta que essas revistas em maior ou menor grau acabam participando de procedimentos institucionais nos quais o conhecimento é transformado em bem de consumo e, por assim dizer, negociado dentro dos limites de um mercado controlado por uma hierarquia de produtividade--estou me referindo à necessidade de publicar para poder receber garantia de vínculo (tenure) ou promoções de Assistant Professor a Associate Professor, e de Associate Professor a Full Professor. É um componente primordial do nosso sistema universitário nos EUA, ao qual todos nós temos que nos submeter, se é que queremos continuar a fazer parte dele. Desponta então a pergunta, Como é que um editor de um periódico poderia evitar cair nesse redemoinho, nessa roda-viva, nesse produto colateral do infame *publish or perish*? A verdade é que a pressão sobre nós, os editores, é grande e tanto os partícipes como as vítimas do processo esperam a nossa colaboração, para não dizer a nossa convivência. A intensidade do processo é tal que tem provocado a marginalização ou desvalorização de toda uma classe de colegas, aqueles cuja vocação é a de ensinar, aqueles cujo talento reside na sala de aula e não na pesquisa acadêmica. Esse binarismo, essa dicotomia falsa entre pesquisa e ensino revela a vantagem econômica coletada pelas casas editoras e imprensas universitárias (tenho em mente o caso dos EUA) mas deixa os editores das revistas acadêmicas na incômoda situação de joguetes ao sabor dessa conjuntura. Se houver escape a esse estado de coisas será através de alternativas ao modelo atual de publicação-para-promoção, mas no meu entender o nosso papel como editores desses



periódicos é limitado. Reforma nesse campo, se vier, terá que partir dos centros de poder, daqueles que estabelecem as normas para promoção universitária. Nós fazemos parte desse mesmo círculo mas no nosso papel de professores-doutores e não naquele de editores de periódicos. Será aí nessa área que deverão tomar lugar os tão propalados *Adiálogos@*, que no mais das vezes não passam de jargão esvaziado de qualquer sentido.

De um ponto de vista brasileiro, a **LBR**, como um periódico estrangeiro, desempenha um papel distinto daquele das revistas nacionais, ao privilegiar determinados assuntos e sujeitos, ao reafirmar ou questionar posições canônicas, ou ao relevar artigos, pareceres e resenhas, ilustrando assim sua peculiar qualidade de agente de mediação e intervenção.

No desempenho desse papel distinto, a LBR dedica especial atenção ao processo de seleção para possível aceitação de manuscritos que nos são enviados. Cada manuscrito recebido no Editorial Office é lido pelo editor pertinente, o qual ou a qual escolhe dois *Areviewers@*, críticos e professores universitários com sólido conhecimento do assunto do artigo em questão. Esses *Areviewers@* permanecem anônimos através do processo, exceto para o editor e o seu assistente de redação. Em termos aproximados, de acordo com os últimos dados que tenho em mãos, dos manuscritos que chegam à nossa redação, 20% são rejeitados; 70% nós pedimos aos autores que façam as mudanças (que às vezes são extensas e radicais) exigidas pelos *Areviewers@* e depois mandem as versões revistas; e 10% são aceitos sem nenhuma ou somente com poucas mudanças. Dos manuscritos re-escritos que são mandados de volta, 85% são eventualmente aceitos, embora não seja nada raro que um manuscrito seja mandado de volta duas, três vezes até que nós cheguemos a aceitá-lo; 15% deles, infelizmente, são rejeitados. Entre os manuscritos que recebemos na área de literatura, o número de artigos vindos do Brasil vem aumentando, o mesmo se

podendo dizer quanto às resenhas. Isso vem acontecendo por uma combinação de fatores, entre eles o fato de que a revista está aos poucos ficando mais conhecida aqui no Brasil, e também, como vaidosamente gosto de pensar, tem a ver com minha atividade militante de solicitar envio de artigos e de resenhas por colegas brasileiros. Com esse aumento em números absolutos, segue-se que inevitavelmente o número de rejeições também aumentou.

Cabe, a estas alturas, falar um pouco sobre a questão dos standards para publicação nos EUA. A articulação de critérios--acadêmicos ou políticos--usados no processo de seleção de manuscritos a ser publicados inclui, antes de mais nada, outra seleção: a escolha, por parte dos editores, daqueles que serão os pareceristas. O termo inglês, **peer reviewer**, refere-se explicitamente à necessidade de que esses avaliadores sejam colegas ao mesmo nível de conhecimento ou de igual destaque na profissão. É aí, nesse passo inicial, nessa primeira decisão editorial, que na verdade se inicia a influência normativa de uma revista acadêmica. Felizmente, o pool de pareceristas à nossa disposição vem crescendo em ambos os países.

É impossível negar a existência de diferenças de expectativas entre acadêmicos norte-americanos e brasileiros, ou melhor dizendo, acadêmicos educados em instituições norte-americanas versus brasileiras. Na minha opinião, tal divergência pode ser facilmente atenuada, se não totalmente evitada, se o editor da revista, na medida do possível, enviar o ms para pelo menos um parecerista no Brasil. Quero deixar bem claro que a grande maioria dos pareceristas americanos a quem enviamos os manuscritos são amplamente proficientes em cultura (inclusive cultura universitária) brasileira, tendo bastante experiência a respeito do estilo de composição acadêmica e notação bibliográfica costumeiros no Brasil. De modo que é possível afirmar, com pequena margem de erro, que, dado o nível da revista, os padrões da **LBR** são altos mas

creio que felizmente já ultrapassamos aquela fase em que um paper não era aceito por não soar como um paper americano, somente que escrito em português.

A questão da orientação crítica da revista também cabe aqui nesta rápida análise do processo de seleção de manuscritos a ser aceitos. Ao examinar este ponto devemos levar em conta a missão de divulgação a que a **LBR** tem se proposto desde seus primórdios. Portanto, não é muito difícil de entender a nossa posição extremamente flexível em termos de orientação crítica, ideologia e metodologia dos autores que nos enviam seus artigos. Assim, para dar exemplos somente dos últimos anos, publicamos desde uma entrevista com cordelistas até uma interpretação radical de Gerald Thomas, passando pelas leituras mais convencionais, que formam o grosso dos nossos volumes.

A questão da intervenção editorial engloba também as prerrogativas do editor de convidar **Abig** names para publicar -- desviando-se (overriding/bypassing) assim do processo normal de submission acima descrito; ou então, a prerrogativa de insistir em temas relativos a grupos menos privilegiados (como os vários recentes artigos sobre o ser mulher e negra no BR, sejam estes artigos mais teóricos--cf. Burdick in 39.1--ou aplicados mais diretamente a uma figura--como os artigos de Débora Ferreira em 39.1 e os de Robert Levine e José Carlos Sebe em números anteriores, sobre Carolina Maria de Jesus; ou então sobre sexualidades transgressivas, como os recentes artigos de Josiah Blackmore e de Luiz Mott, intitulados, respectivamente, **A**The Apparent and Transgressive Beauty of a Medieval Cross-Texted Donzela**@e** **A**Meu menino lindo: Cartas de amor de um frade sodomita, Lisboa, 1690"). Ou, continuando, a prerrogativa editorial de insistir em focalizar formas menos focalizadas, como o teatro (cf. o artigo de Júnia Alves e Marcia Noe sobre o mineiro Grupo Galpão em 39.1, ou os artigos sobre Qorpo Santo que temos publicado através dos anos, inclusive os recentes de Leda Maria Martins e Armando Baggi), ou até em

focalizar literaturas inteiras, como o nosso interesse em literatura africana lusófona, um interesse que, urge enfatizar, vem de longa data graças à influência sobre a **LBR** através dos anos do Prof., agora emérito, Gerald Moser, da Univ da Pennsylvania, sobre o assunto (um exemplo recente é o de Philip Rothwell em 39.2 sobre o romance **Mayombe**, de Pepetela).

Também cabe apontar aqui nestas considerações sobre intervenção editorial que o olho do editor deve ser capaz de captar prontamente um artigo que seja não somente merecedor de ser publicado por seu mérito intrínseco mas também por apresentar um certo **algo mais**, como por exemplo, o recente artigo de Sérgio Luiz Prado Bellei intitulado **Aodeandrade**@pindorama.org.br, ou email para Oswald@. Finalmente, também toca aos editores discernir a importância de acontecimentos de grande impacto na nossa era. Ao folhear a revista, verão que o último número da **LBR** [39.1] abre com uma homenagem. O Prof. David Jackson, da Univ de Yale (que é desde longa data um valioso e muito atuante colaborador da revista), nos contactou com um pedido, prontamente aprovado por nós, para publicarmos uma homenagem à sua ex-aluna de graduação, Stacey Sanders, falecida aos 25 anos de idade, no World Trade Center no dia 11 de setembro de 2001. O texto do Prof. Jackson é seguido do excelente paper--de nível de graduação, é importante frisar-- que ela tinha escrito, pouco tempo antes, sobre **O ano da morte de Ricardo Reis**, de Saramago.

Agora uma palavrinha a respeito das resenhas. Embora encaixadas perto do final da revista, logo antes dos inevitáveis anúncios de publicidade (sobre livros recém lançados que sejam de interesse para o mundo de fala portuguesa), notas de pesquisa e, ocasionalmente, obituários, as resenhas são de fundamental importância para nós. As resenhas são de iniciativa dos editores, isto é, são solicitadas, em

outras palavras, nós convidamos alguém da nossa escolha (geralmente um especialista no assunto, preferentemente alguém que já publicou um livro ou artigo se não sobre o assunto, ao menos relacionado com o tópico), para escrever a resenha de um determinado livro (e o resenhista, como de praxe, fica com o exemplar do livro). Esta é talvez a área da revista em que meu ativismo fica mais evidente, com um número crescente de resenhas sendo escritas no Brasil. Essas resenhas são tanto de livros brasileiros, portugueses e norte-americanos, como, menos frequentemente, livros publicados em outros países. A **LBR** dedica 20 a 25% do seu espaço às resenhas, como que para ressaltar a importância dessa missão cumprida pela revista, missão de facilitar, expandir e divulgar a livre troca de idéias e de opiniões. Mais uma vez a questão de padrões, atitudes e expectativas entra em jogo. A esse respeito, volto a citar Robert Heilman, nas suas considerações mais específicas sobre as resenhas:

To say that the exchange of opinions about current books does not regularly produce judgments validated by time, the one irrefutable critic, is not to disparage the exchange, which has various functions. Nor does it disparage the voices of opinion to note that they serve different attitudes with different expectations, or to observe that in their notably different roles they are alike, however diversely, in having a sense of audience and function and relation to the authors who are their subjects. (268)

Na era da comunicação eletrônica, os contactos internacionais entre acadêmicos têm aumentado exponencialmente. Uma das consequências desse contacto mais estreito é a participação cada vez maior de scholars brasileiros em associações e congressos internacionais, como a LASA, a BRASA, a Assoc Internacional de Lusitanistas, etc, e é claro, a iniciativa da própria ABRALIC de internacionalizar seus

congressos cada vez mais. Outro exemplo relevante para nós é que pela primeira vez em sua história a AATSP estará realizando seu congresso anual em um país de fala portuguesa, e também pela primeira vez, o referido congresso ocorrerá na América do Sul, devendo se iniciar dentro de poucos dias no Rio de Janeiro.

Dentro desse panorama internacional, a **LBR**, nos seus melhores momentos, é, como as revistas analisadas por Patrice McDermott, *both a careful gatekeeper and a relentless gatecrasher* (381). No desempenho do seu papel, uma revista como ela deve manter o equilíbrio entre os fatores acima referidos. Pois, como diz Deleuze em **L'autre journal** número 8, publicado em 1985, e na versão inglesa, publicada em 1992, que cito à guisa de conclusão,

It is all a series: if you don't belong to a series, even a completely imaginary one, you're lost. I need my mediators to express myself, and they'd never express themselves without me: one is always working in a group, even when it doesn't appear to be the case. (285)